



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

**PROPOSTA DE MOÇÃO Nº , DE DE DE 2005**

*Recomenda a aprovação de substitutivo ao PL nº 1.181, de 2003.*

**O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**, no uso das competências conferidas pelas Leis nºs 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, e

Considerando que ao CNRH compete analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos, nos termos do inciso V, do art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997;

Considerando o substitutivo do Dep. Fernando Ferro, de 20 de agosto de 2003, ao Projeto de Lei nº 1.181, de 03 de junho de 2003, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB e cria o Conselho Nacional de Segurança de Barragens – CNSB e o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens – SNISB;

Considerando a desapensação do PL nº 1.181, de 2003, do PL nº 1.616, de 02 de setembro de 1999;

Considerando a conclusão da análise do substitutivo no âmbito da Câmara Técnica de Análise de Projeto – CTAP e as justificativas apresentadas conforme Anexo I;

Considerando o rompimento de barragens em várias unidades da Federação que causaram perdas de vidas humanas e grandes prejuízos materiais;

Considerando a carência de uma política nacional de segurança de barragens;

Considerando a necessidade de definição de um agente público responsável pela implementação da referida política e pela coordenação dos vários órgãos fiscalizadores de barragens e suas respectivas competências;

Considerando a necessidade de cadastramento das barragens existentes no país, do registro das consequências de eventuais rupturas e da inexistência de planos de contingência;

**RESOLVE:**

Aprovar Moção, dirigida ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados; ao Presidente da Comissão de Minas e Energia – CME; ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS; ao Dep. Leonardo Monteiro, autor do PL nº 1.181, de 2003; ao Dep. Fernando Ferro, autor da proposta de substitutivo ao PL nº 1.181, de 2003; ao Dep. Ronaldo Dimas, relator do PL nº 1.181, de 2003, na CME, recomendando, como resultado da análise no âmbito do CNRH, a aprovação da proposta de substitutivo ao PL nº 1.181, de 2003, que estabelece a Política Nacional sobre Segurança de Barragens e cria o Sistema Nacional sobre Segurança de Barragens.

**MARINA SILVA**  
Presidente

**JOÃO BOSCO SENRA**  
Secretário Executivo

## **Anexo I**

### **JUSTIFICATIVAS**

A proposta de substitutivo ao PL nº 1.181, de 2003, apresentada pelo Deputado Fernando Ferro na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados foi adotada como o marco inicial para a análise no âmbito da Câmara Técnica de Análise de Projeto do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CTAP.

As alterações propostas em relação ao substitutivo justificam-se pelos seguintes aspectos:

a) A criação do Conselho Nacional sobre Segurança de Barragens foi considerada desnecessária devido à existência de colegiados semelhantes. Dentre as opções existentes, Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC, Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, este foi considerado o mais apropriado para assimilar essas atribuições, propondo-se inclusive a criação de uma câmara técnica específica para tratar de segurança de barragens;

b) A Agência Nacional de Águas – ANA, autarquia especial vinculada ao MMA, ficaria responsável por organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB, devendo coordenar a elaboração do relatório de segurança de barragens. Além disso, a ANA deverá encaminhar ao CNRH, anualmente, o relatório consolidado sobre segurança de barragens. Essa proposta de atribuição da ANA decorre da mesma já estar recebendo as informações do Cadastro Nacional de Barragens e ser responsável pelo Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos (SNIRH).

c) Na classificação das barragens proposta foi acrescentado o critério dano potencial para dar mais abrangência ao projeto de lei. Essa mudança no texto está associada ao critério risco, que envolve falha física e probabilidade de difícil mensuração, enquanto o dano potencial envolve perdas decorrentes da ruptura da barragem.

d) Para melhor redação legislativa e norteamto da proposta providenciou-se o agrupamento dos artigos em capítulos e seções por correspondência de assuntos.

e) Houve preocupação em preservar a segurança das barragens, em especial no descomissionamento daquelas destinadas à disposição final ou temporária de estéril e de rejeitos e para fins de disposição de resíduos industriais.

f) O estabelecimento de penalidades foi considerado desnecessário, tendo em vista a existência de legislação pertinente sobre o assunto.

g) A indenização dos prejuízos causados também já está contemplada no Código Civil, motivo pelo qual não foi destacada nesta proposição.

h) A revisão periódica da barragem, o projeto construtivo e o projeto final como construído deixaram de ser instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB. A revisão periódica passou a fazer parte do Plano de Segurança da Barragem (que é considerado um instrumento do PNSB) e os projetos construtivos e como construído passaram a ser obrigatórios somente para empreendimentos a serem implantados após a promulgação desse Projeto de Lei, visto que há uma dificuldade em resgatar e recuperar projetos de barragens antigas.

É importante ressaltar a necessidade de definição de uma fonte estável de recursos para a implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, bem como do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, fundamental para o seu sucesso.